



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO**

PREGÃO N.º 45/2019

PAD N.º 8423/2019

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

RELATÓRIO FINAL

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – visando à contratação de empresa prestadora de serviços continuados e auxiliares à Administração, para postos de editor, redator e assistente de cerimonial –, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação regional, no site Comprasnet, bem como disponibilizou o Edital no Portal da Transparência do TRE-BA.
2. Recebido pedido de esclarecimento, em 22 de novembro de 2019, via e-mail, a Pregoeira respondeu à indagação e divulgou no Comprasnet (doc. 259722/2019).
3. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, às 15h (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 71, de 04 de abril de 2019, deu início aos trabalhos com análise preliminar das propostas apresentadas e abertura da fase de lances, na forma da ata acostada aos autos (doc. 259725/2019) ¹. As licitantes foram alertadas, ainda, sobre as consequências da desistência imotivada da proposta e da omissão do envio dos documentos de habilitação.
4. Encerrada a supramencionada etapa, na qual as licitantes foram estimuladas a reduzirem seus lances, passou-se à fase de aceitação das propostas. Realizada negociação com a empresa provisoriamente classificada em 1º lugar, MAXSERV SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO

LTDA., essa aceitou reduzir seu preço. Em seguida, solicitou-se o envio das planilhas de custos e os demais documentos para aceitação da proposta, concedendo-se o prazo de 24 horas, conforme Edital. Além disso, a referida licitante foi instada a se manifestar sobre a ocorrência impeditiva indireta detectada pelo sistema.

5. Em 28 de novembro de 2019, esta pregoeira aceitou a proposta da primeira classificada, pelo valor negociado, de acordo com as planilhas de custos encaminhadas e demais documentos, haja vista a correção dessas e da proposta apresentada, estando, ainda, inferior ao valor máximo estimado pela administração. Apesar de haver impedimento indireto, com muitos indícios (sócios em comum, vínculo de parentesco, mesmo endereço, e-mail), entendemos que os elementos não foram suficientes para afastar a empresa. A sua data de criação é anterior à existência da pessoa jurídica penalizada, não tendo sido criada, em tese, para afastar o impedimento. Ademais, apesar de terem sócios em comum, o dirigente da pessoa jurídica apenas não é sócio controlador ou sócio-gerente da empresa participante do certame. Registra-se a juntada dos documentos e manifestações da referida licitante aos autos (docs. 259730/2019 e 259767/2019)

6. No dia 29 de novembro de 2019, a pregoeira procedeu à inabilitação da empresa classificada em 1º lugar, por não cumprir o requisito da Condição 11.1.7, alíneas “a” e “1.a.1” do Edital. Os atestados apresentados são de postos de copa e cozinha, porteiro e digitação, não compatíveis, portanto, com a área de assessoria de comunicação. A apontada condição editalícia exige a comprovação de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, disciplinado conforme transcrito: *“Considera-se compatível o serviço prestado na área de assessoria de comunicação, em órgãos públicos ou empresas privadas, com cessão de mão de obra”*. Sobreleva-se, ainda, a existência de pedido de esclarecimento, devidamente divulgado no Comprasnet, no qual uma empresa questiona se atestados em outras áreas de terceirização poderiam ser aceitos, tendo esta Pregoeira, em sua resposta, frisado a exigência do Edital

¹ A pregoeira deixou de assinar eletronicamente a ata do pregão, a fim de viabilizar a leitura do documento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO

quanto à compatibilidade com o objeto licitado, tratando-se de contratação de mão de obra técnica especializada da área de comunicação.

7. Inabilitada a 1ª classificada, comandou-se o desempate, pelo sistema, entre a empresa subsequente de grande porte e as demais empresas ME's/EPP's, seguindo a ordem de classificação, na forma prevista na Subseção I da Seção VII do Edital.

8. Terminado o desempate, a PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, indagada se aceitava negociar, respondeu que, após disputa de lances acirrada, já estava no valor mínimo para a execução do contrato.

9. Na data de 02 de dezembro de 2019, convocou-se a empresa supramencionada para enviar as planilhas de custos e demais documentos para aceitação. Suspendeu-se a sessão para aguardo do prazo, bem como para posterior análise da documentação.

10. Em 05 de dezembro de 2019, continuando a sessão, observou-se, da análise da proposta, o atendimento ao Edital, estando corretas as planilhas e com preço inferior ao valor máximo aceitável para contratação (doc. 259870/2019).

11. Em seguida, na fase de habilitação, a Pregoeira procedeu aos seguintes passos para análise da regularidade da empresa: acessou o SICAF, consultou o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (em nome da licitante e também do seu único sócio). Observou-se, igualmente, a regularidade jurídica da empresa e de seu dirigente, averiguando-se a autenticidade dos documentos apresentados.

11.1. Assim, conforme exame dos documentos de habilitação da empresa, juntados aos autos (docs. 259871/2019 e 259872/2019), pontua-se o seguinte:

a) O documento de habilitação jurídica expressa objeto social pertinente e compatível com o objeto contrato.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
COMISSÃO DE PREGÃO

- b) Houve atendimento à regularidade fiscal e trabalhista e comprovação da qualificação econômico-financeira. Analisado o balanço patrimonial do último exercício exigível, verifica-se a apresentação na forma da lei, comprovando o atendimento a todos os índices exigidos na condição 11.1.6.1 do Edital.
- c) Constatou-se a capacidade técnica, por meio da apresentação de atestado de serviço prestado na área de comunicação social, logrando comprovar a compatibilidade com o objeto licitado, consoante exigência contida na condição 11.1.7 do Edital.

12. Por fim, realizou-se as devidas conferências de todas as declarações firmadas pelas licitantes no site Comprasnet, a exemplo da declaração de ausência de trabalho de menor e declaração de inexistência de fato superveniente, juntando-se aos autos o espelho das declarações firmadas no aludido sistema (doc. 259781/2019).

13. Com efeito, examinada a regularidade e a autenticidade dos documentos de habilitação, a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI** foi habilitada e declarada vencedora do certame (doc. n.º 259877/2019).

14. Encerrado o prazo final para registro da intenção de recurso, sem manifestação, procedeu-se à adjudicação do objeto licitado à vencedora, na forma do termo de colacionado aos autos (doc. 259878/2019).

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 7 de dezembro de 2019

Milena Austregésilo Herêda
Pregoeira